



Banco BMC S.A.

ESTABILIZAÇÃO

Econ. Brasil

Economia Brasil
077
Reportagem 0035

A hiperinflação no Brasil deve ser combatida sem gradualismo pelo governo

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O Brasil está diante de um processo hiperinflacionário que deve ser combatido sem gradualismo, diagnostica o economista e professor da Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV), Fernando Holanda.

Em sua opinião, um plano de estabilização deve ser detonado pela equipe econômica, antes mesmo da revisão constitucional, para que "não seja levada a agir pelos fatos", avisa. Holanda aponta um "menu" de cinco pontos para um Plano de Estabilização ter sucesso no país: ajuste fiscal; controle do crédito interno líquido do Banco Central; alteração dos mecanismos e procedimentos do BC nas operações com câmbio e juros; desindexação da moeda; e adoção de uma política de rendas.

A questão fiscal deve visar a mudanças capazes de prover a União de um orçamento que gere superávit primário e permita pagar os serviços das dívidas interna e externa de forma "permanente". Na análise de Fernando Holanda, este ajuste fiscal permanente não implica fazer primeiro a Reforma Constitucional.

"Um combate efetivo à soneração, colocando na cadeia quem não paga imposto, ajuda a reformular a receita", dispara o economista da FGV, que deverá substituir o ex-ministro Mário Henrique Simonsen na direção do EPGE-FGV.

Levando em conta que um Plano de Estabilização precisa ter recursos adicionais para substituir o imposto inflacionário, o economista avalia que outubro é um bom mês para um choque na economia, pois o IPMF está sendo arrecadado e pode preencher a lacuna do imposto inflacionário.

O controle do crédito interno líquido (CIL) do BC é fundamental no plano de estabilização, pois "dá condições ao BC de ter controle efetivo sobre este crédito". Esta medida, como observa, vai exigir um ajuste forte dos bancos estaduais em prazo curto. "Se o banco estadual bater à porta

do Banco Central para sacar compulsório, o BC terá de intervir na instituição", ensina Holanda.

Neste ponto, considera fundamental ou o calote, ou o alongamento compulsório ou o alongamento voluntário da dívida interna.

Holanda defende também mudanças nos mecanismos do BC de operar o câmbio e monitorar a taxa de juros. Em relação ao câmbio, aponta duas alternativas: ou fixa o câmbio e introduz uma âncora cambial na economia, ou deixa o câmbio flexível, adotando uma âncora monetária.

Sua opinião é o governo adotar medidas que levem o Banco Central a não financiar direta e indiretamente o Tesouro, pois consolidando estas duas contas "se faria uma caixa de conversão sem fazê-lo", fugindo do modelo argentino de dolarização.

A questão da moeda indexada é o motor que nutre "a sociedade dual do Brasil", lembra Holanda, para quem se tem a moeda do pobre (cruzeiro) e a moeda do rico (FAF, CDB). "Reconstruir a moeda é fundamental. É preciso extirpar a moeda indexada reconstruindo o sistema financeiro. Esta operação cirúrgica não pode ser gradual. Tem de ser feita abruptamente. O lastro desta moeda são os títulos da dívida interna. A dívida interna está no caminho do plano de estabilização por esta razão. Ela é inferior a US\$ 40 bilhões, mas passa pela questão de reestruturação do sistema financeiro", adverte o economista. Por último, Holanda recomenda a adoção de uma política de rendas, que desmonte a atual política salarial, colocando outra não indexada no lugar. Quanto aos preços, poderão ser congelados ou não.

Na sua ótica, um plano de estabilização tem de ser "um menu" de medidas que possibilite a reconstrução do Estado brasileiro, que faliu "não só como emissor de moeda". "A crise atual não é apenas econômica, mas política, social, ética e moral e não pode esperar muito. Caso contrário, seu desenrolar será imprevisível", adverte Fernando Holanda.

JORNAL DE BRASÍLIA

GAZETA MERCANTIL